

HABEAS CORPUS Nº 570.764 - PI (2020/0080164-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : AYRTON DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : AYRTON DA SILVA OLIVEIRA - PI017581
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (HC n. 0712820-08.2018.8.18.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso preventivamente em **22/11/2016** (e-STJ fls. 19/25), e posteriormente condenado como incurso nos artigos 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, e artigos 12 e 16 do Estatuto do Desarmamento, à pena privativa de liberdade de **16 anos e 6 meses de reclusão**, e **1 ano e 2 meses de detenção**, além de multa. Considerada a **detração**, ficou definitiva a pena de **15 anos e 2 meses de reclusão**, no regime inicial fechado, sendo mantida a sua prisão preventiva, vedado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 27/48).

Contra essa decisão, a defesa interpôs recurso de apelação criminal, o qual, até a presente data, encontra-se pendente de julgamento.

Na data de **23/12/2018**, em sede de plantão judiciário, foi revogada a prisão preventiva do paciente, em virtude do excesso de prazo para o julgamento do recurso, **mas, após a redistribuição do feito, a liminar foi revogada sob o fundamento de que se tratava de reiteração de pedido.**

Na presente impetração, a defesa alega o excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto em **13/4/2018**, e que até a presente data encontra-se pendente, sem previsão de nova data para realização. Informa que somente o paciente está preso preventivamente, enquanto ao

corrêu foi concedida a liberdade provisória, nos autos do HC n. 0702322-47.2018.8.18.0000.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente, para que possa aguardar o julgamento da apelação criminal em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso vertente, não há elementos suficientes que atestem, de plano, que eventual demora decorra exclusivamente de uma desídia do Tribunal estadual no exame do recurso defensivo. Importante ressalta que, diferente do corrêu libertado pelo Tribunal estadual, por maioria de votos, a sentença condenatória **negou ao paciente o direito de recorrer em liberdade porque é reincidente em tráfico de drogas, e homicida** (e-STJ fl. 45).

Ademais, cumpre lembrar o patamar de pena a que o paciente foi condenado, e que [...] a jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que as elevadas penas impostas na sentença condenatória devem ser consideradas para fins de análise de suposto excesso de prazo no julgamento da apelação (Informações adicionais do HC n. 448.058/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 12/2/2019, DJe 8/3/2019).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento

ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar. **Recomendo**, entretanto, ao Relator do recurso de apelação, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019, e que imprima celeridade no julgamento do referido recurso.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator